

Gilberto Costa propõe almoço para profissionais da educação nas escolas da rede pública

Vereador sugere estudos para acesso à merenda escolar a professores e funcionários, com base em projetos que tramitam no Congresso

O vereador Gilberto Costa - PP, apresentou uma indicação propondo a realização de estudos técnicos e administrativos para viabilizar a oferta de alimentação escolar também aos professores e demais profissionais da educação em efetivo exercício nas unidades da rede pública municipal de São Caetano. Nesse sentido, a medida busca ampliar um direito atualmente restrito aos estudantes, promovendo maior integração no ambiente escolar.

Além disso, segundo o parlamentar, a iniciativa parte do reconhecimento de que esses profissionais permanecem grande parte da jornada dentro das escolas, acompanhando de perto o cotidiano dos alunos. Dessa forma, ele destaca que a participação vai além das atividades pedagógicas, alcançando também momentos como as refeições. “A possibilidade de acesso à merenda escolar representa, além de uma medida de valorização profissional, um instrumento de integração no ambiente escolar e de fortalecimento do grupo educativo”, justificou.

Por outro lado, o vereador ressaltou que a proposta tem fundamento em projetos em tramitação no Congresso Nacional, como o Projeto de Lei nº 1636/2025 e o Projeto de Lei nº 6268/2019. Nesse contexto, ambas as iniciativas buscam assegurar aos profissionais da educação o direito



A medida, segundo Costa, representa valorização da classe

à alimentação escolar nas unidades públicas, sem prejuízo de benefícios já garantidos. “Ambos buscam assegurar aos profissionais da educação o acesso à alimentação escolar oferecida nas escolas públicas, sem que haja qualquer desconto em benefícios ou prejuízo de outros direitos já garantidos”, acrescentou.

Por fim, Gilberto Costa solicitou que a Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Educação e demais setores competentes, avalie a viabilidade legal, orçamentária e operacional da proposta. Além disso, o pedido inclui a análise das diretrizes do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, a fim de verificar a possibilidade de adoção de política semelhante na rede municipal.

